



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário
2.ª REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – RAE – 2020

DATA: 20/07/2020.

INÍCIO: 09:00 h.

TÉRMINO: 11:23 h.

LOCAL: Videoconferência por meio da plataforma Zoom.

PAUTA: Prêmio CNJ de Qualidade. Metas Nacionais. Outras deliberações.

MEMBROS: Exm.º Sr. Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Coordenador da Comissão; Dr. Jorsenildo Dourado do Nascimento, Dr.ª Elza Vitória de Sá Peixoto Pereira de Mello e Dr. Roberto Santos Taketomi, Juizes de Direito; Chrystiano Lima e Silva, Márcia Rachel de Castro Rizzato, Ricardo dos Santos Câmara, Humberto Figliuolo Júnior, Eleonora Brandão Castelo Branco, Jéssica Fernanda Fonseca Baker Bastos e Marcela de Alencar Leite Rodrigues, servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Aos vinte dias do mês de julho do ano de 2020, às 09:00 h, por meio de videoconferência na plataforma Zoom, reuniu-se a Comissão de Acompanhamento de Metas Nacionais do Poder Judiciário, instituída pela Portaria n.º 1.524/2020 -- PTJ, sendo consignada a presença dos seguintes membros da Comissão: Exm.º Sr. Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Coordenador da Comissão; Dr. Jorsenildo Dourado do Nascimento, Dr.ª Elza Vitória de Sá Peixoto Pereira de Mello e Dr. Roberto Santos Taketomi, Juizes de Direito; Chrystiano Lima e Silva, Márcia Rachel de Castro Rizzato, Ricardo dos Santos Câmara, Humberto Figliuolo Júnior, Eleonora Brandão Castelo Branco, Jéssica Fernanda Fonseca Baker Bastos e Marcela de Alencar Leite Rodrigues, servidores deste Sodalício. Presentes, também, o Coronel Rubens de Sá Soares e o Coronel George Alexandre Fonseca Feitosa, membros da Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; Bruno Oliveira de Souza e Ana Paula Nogueira Aguiar, servidores desta egrégia Corte. Procedeu-se, então, à abertura da reunião, conduzida pelo Exm.º Sr. Desembargador-Coordenador, o qual comunicou que, na primeira parte do



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

encontro, a servidora Márcia Rizzato faria uma apresentação sobre o Prêmio CNJ de Qualidade 2020. Informou, também, que, na segunda parte, a servidora Eleonora Castelo Branco trataria das Metas Nacionais de 2020. Ato contínuo, o Exm.º Sr. Desembargador-Coordenador concedeu a palavra à servidora Márcia Rizzato. De saída, a servidora iniciou a sua exposição tratando do item 1 do Prêmio CNJ de qualidade, que abrange as Reuniões de Análise Estratégica e o Núcleo de Estatística. Nessa senda, salientou que esta é a segunda Reunião de Análise Estratégica do ano de 2020 e que a terceira será realizada na primeira quinzena do mês de agosto, completando a série de encontros exigidos, após os quais haverá o envio das Atas das 03 (três) reuniões ao colendo Conselho Nacional de Justiça, para a devida comprovação. Em relação ao Núcleo de Estatística, explicou que há necessidade de a Divisão de Gestão de Pessoas preencher um documento, informando as atribuições do referido setor, bem como, os servidores que nele atuam, o qual será encaminhado ao colendo Conselho Nacional de Justiça. Por conseguinte, frisou que essa providência já foi solicitada ao responsável pela Divisão de Gestão de Pessoas. No que tange ao item 2, do Comitê Gestor Regional e do Comitê Orçamentário da Política de Priorização do 1.º grau, enfatizou que a Divisão de Planejamento já solicitou informação quanto aos membros dos Comitês e já possui todas as Atas das reuniões realizadas, estando apenas aguardando a possível realização de mais uma reunião na primeira quinzena de agosto. Quanto ao item 3, noticiou que o prazo de apuração já se encerrou e que o Tribunal não deverá pontuar em alguns quesitos, como o não cumprimento da distribuição das funções comissionadas e cargos em comissão, entre os graus de jurisdição, proporcional ao número de processos novos do último triênio. Nesse ponto, a servidora ressaltou que, assim que se encerrar o Prêmio CNJ de Qualidade atual, serão verificados os itens descumpridos e buscadas as medidas necessárias para resolver a problemática no ano seguinte. No



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário que atine ao item 4, da Gestão Participativa, sublinhou que foi realizada uma consulta pública de ampla abrangência e já está disponível no site do Tribunal outra consulta pública, que será finalizada na presente data. No que diz respeito ao item 5, do Socioambiental, comunicou que a minuta da Resolução, que dispõe sobre o Núcleo Socioambiental, foi finalizada e enviada para apreciação do Secretário-Geral de Administração e posterior submissão ao Tribunal Pleno. Acrescentou que também já estão sendo enviados os dados estatísticos ao colendo Conselho Nacional de Justiça e será enviado o Relatório referente à Resolução. No que concerne ao item 6, da Acessibilidade, esclareceu que já foi publicada a portaria com os novos membros da Comissão de Acessibilidade e que já há o relatório parcial das atividades, faltando, apenas, o complemento das ações para os meses de julho e agosto de 2020. Relativamente ao item 7, de atenção à saúde de magistrados e servidores, informou que já foram enviados os dados estatísticos e que o Tribunal já possui o Subcomitê, estando pendente, apenas, a verificação quanto aos membros para novo biênio. Da mesma forma, sublinhou que também já há o relatório parcial das ações, faltando, apenas, o complemento dos meses de julho e agosto de 2020. No tocante ao item 8, da realização do curso de EAD, frisou que o Tribunal já possui percentual para atingir a pontuação máxima. Nada obstante, cientificou que foi providenciada portaria determinando que os servidores que não realizaram o aludido curso, o façam ainda este ano. Na oportunidade, o Dr. Jorsenildo Dourado realçou a importância de serem indicadas, no Relatório do Subcomitê, as ações realizadas durante o período da pandemia e o servidor Chrystiano Lima salientou que será liberado aos magistrados e servidores o questionário referente à atenção à saúde. Retomando a palavra, a servidora Márcia Rizzato passou a tratar do item 9, da Coordenadoria da Infância e Juventude, destacando que o Tribunal possui a referida Coordenadoria e que já há o relatório



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário
parcial das atividades, faltando, apenas, o complemento dos meses de julho e agosto de 2020. No que atine ao item 10, da Participação Feminina, esclareceu que já há grupo de trabalho constituído, todavia, o colendo Conselho Nacional de Justiça exige, ainda, a criação de um comitê, razão pela qual foi enviado, por e-mail, um questionamento quanto à diferença entre grupo de trabalho e comitê. No mais, destacou que há somente pendência quanto à participação feminina em bancas de concurso, ponto que está sendo verificado com os setores responsáveis. Em relação ao item 11, da judicialização da saúde, declarou que houve uma reunião com a Dr. Etelvina Lobo, Coordenadora do Nat-Jus e que ela irá verificar algumas questões técnicas relacionadas à matéria. Na oportunidade, o Dr. Jorsenildo Dourado destacou que esse item não possui quesitos de difícil cumprimento e que, para o próximo ano, o Tribunal deve focar no adimplemento dessas pendências. Quanto ao item 12, da Comissão Permanente de Segurança, citou que o Tribunal já possui comissão constituída, faltando, apenas, os planos de segurança e de formação e especialização, que serão encaminhados ao Tribunal Pleno para aprovação. Em relação aos itens 13 a 24, a servidora Márcia Rizzato explicou que se referem ao Eixo Temático de Produtividade e que a maioria diz respeito a dados do ano anterior. Nesse ponto, salientou que, quanto ao item 17, está sendo verificada a possibilidade de se validar os dados referentes às Metas Nacionais e que, quanto ao item 23, da Adoção e Acolhimento, o Tribunal caminha para atingir a pontuação máxima, havendo, apenas, dificuldade no item atinente ao tempo de tramitação dos processos de adoção. No que tange ao item 25, do Ranking da Transparência, revelou que o Tribunal deve atingir o percentual de 84% (oitenta e quatro por cento) da pontuação. Acerca do item 26, da Ouvidoria, informou que será verificado o percentual de atendimento da pontuação, comparando as informações de demandas do colendo Conselho Nacional de Justiça. Na oportunidade, discutiu-se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário
sobre a necessidade de melhoria no fluxo de processos da Ouvidoria. Retomando a palavra, a servidora Márcia Rizzato passou a tratar do item 27, da Publicação nos Diários de Justiça eletrônicos. Nesse momento, servidor Ricardo Câmara sublinhou a necessidade de se questionar ao colendo Conselho Nacional de Justiça sobre a publicação de despachos, pois, muitas vezes, os despachos de mero expediente não são publicados no Diário de Justiça eletrônico. Em havendo necessidade, sugeriu a expedição de um ofício-circular a todos os magistrados, para que passem a publicar também esses atos. Retomando a palavra, a servidora Márcia Rizzato passou a explanar sobre os itens 29 e 30, do Eixo Temático de Dados e Tecnologia. Nesse instante, discutiu-se sobre a necessidade de validação dos dados dos sistemas, de modo a evitar inconsistências nos números deles extraídos. Na oportunidade, o servidor Ricardo Câmara salientou que essa tarefa demanda a criação de um setor específico, uma vez que, somente uma pessoa, não seria suficiente para sanar a problemática. O servidor Chrystiano, por sua vez, frisou que, a curto prazo, já há um projeto de lei para estruturar o setor de estatística. Contudo, a curtíssimo prazo, há a necessidade de realizar uma força-tarefa. Por conseguinte, o servidor Ricardo Câmara sugeriu a criação de uma Comissão de, no mínimo, 06 (seis) pessoas para realizar a ação imediata. Retomando a palavra, a servidora Márcia Rizzato passou a tratar do item 31, do Sistema de Metas Nacionais, que será gerenciado pelo Setor de Planejamento. Nesse ponto, a servidora frisou a necessidade de validação dos dados pelo setor de estatística, pelo menos no primeiro mês, haja vista que o colendo Conselho Nacional de Justiça também avaliação a consistência da informação prestada. Nesse momento, o servidor Ricardo Câmara sugeriu que a validação seja feita pela Comissão anteriormente mencionada. Retomando a palavra, a servidora Márcia Rizzato passou a explanar sobre o item 32, do Banco Nacional de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BNPR). Na



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

oportunidade, a servidora Ana Paula Aguiar, responsável pelo NUGEP, realçou que estão sendo revisadas as informações a serem enviadas no BNPR, por meio do grupo de trabalho criado para esse fim. Retomando a palavra, a servidora Márcia Rizzato passou ao item 33, do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres. Novamente, frisou a necessidade de validação dos dados. Quanto ao item 34, das Ações Penais de Competência do Júri, acentuou que serão considerados os dados do mês de novembro de 2019 e as informações do DataJud até 31 de agosto, o que enseja, mais uma vez, a necessidade de validação dos dados. No que tange ao item 35, das ações referentes à Covid-19, a servidora enfatizou que serão consideradas as informações prestadas pelo Tribunal ao colendo Conselho Nacional de Justiça e as informações registradas no DataJud. Relativamente aos itens 36 e 37, das Sentenças de Adoção e do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei, a servidora destacou que também será feita comparação dos dados extraídos dos dois sistemas e do Datajud, por isso, novamente, exsurge a importância da qualidade dos dados fornecidos. No que diz respeito aos itens 38 e 39, do PJe, expôs que o Tribunal não atenderá aos requisitos, pois o sistema ainda não foi implementado. Em relação ao item 40, de Casos Novos eletrônicos, frisou que o Tribunal deve pontuar. Por fim, a servidora concluiu sua explanação tratando do item 41, acerca do Índice de Governança, enfatizando que será considerado o Relatório enviado pelo colendo Conselho Nacional de Justiça, a ser preenchido pela DVTIC. Na segunda parte da reunião, a servidora Eleonora Castelo Branco iniciou sua apresentação das Metas Nacionais, tratando da Meta 1. Nessa seara, destacou que o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas encontra-se com taxa de cumprimento da Meta 1 em 91,73 % (noventa e um vírgula setenta e três por cento) e com saldo de 9.734 (nove mil, setecentos e trinta e quatro) processos para cumprir a Meta. Especificamente sobre a Meta 1 no Primeiro Grau, noticiou que a taxa de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

cumprimento está em 107,10% (cento e sete vírgula dez por cento). Já no Segundo Grau, a Meta 1 encontra-se com taxa de 75,13% (setenta e cinco vírgula treze por cento) e saldo de 2.719 (dois mil, setecentos e dezenove) processos para cumprir a Meta. No âmbito dos Juizados Especiais, a taxa de cumprimento está em 75,03% (setenta e cinco vírgula zero três por cento), com saldo para cumprir de 11.438 (onze mil, quatrocentos e trinta e oito) processos. Nas Turmas Recursais, a taxa de cumprimento é de 107,48% (cento e sete vírgula quarenta e oito por cento). No que atine à Meta 2, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas encontra-se com percentual de cumprimento em 107,86% (cento e sete vírgula oitenta e seis por cento). Especificamente sobre a Meta 2 no Primeiro Grau, informou que a taxa de cumprimento está em 106,56% (cento e seis vírgula cinquenta e seis por cento). Já no Segundo Grau, a Meta 2 encontra-se com taxa de 116,65% (cento e dezesseis vírgula sessenta e cinco por cento). No âmbito dos Juizados Especiais, a taxa de cumprimento está em 110,87% (cento e dez vírgula oitenta e sete por cento). Nas Turmas Recursais, a taxa de cumprimento é de 109,67% (cento e nove vírgula sessenta e sete por cento). Quanto à Meta 3, o Tribunal encontra-se com 57,61% (cinquenta e sete vírgula sessenta e um por cento), com saldo de 8.202 (oito mil, duzentos e dois) processos para cumprir a Meta. Já em relação à Meta 4, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas encontra-se com 90,42% (noventa vírgula quarenta e dois por cento) de taxa de cumprimento, com saldo de 101 (cento e um) processos para cumprir a Meta. Especificamente sobre a Meta 4 no Primeiro Grau, noticiou que a taxa de cumprimento está em 90,4% (noventa vírgula quatro por cento), com saldo de 99 (noventa e nove) processos para cumprir a Meta. Já no Segundo Grau, a Meta 4 encontra-se com taxa de 61,22% (sessenta e um vírgula vinte e dois por cento), com saldo de 04 (quatro) processos para cumprir a Meta. No que atine à Meta 6, noticiou que foi atingida a marca de 123, 48% (cento e vinte



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário
e três vírgula quarenta e oito por cento) pelo Tribunal como um todo. Especificamente no Primeiro Grau, a Meta 6 está em 118,62% (cento e dezoito vírgula sessenta e dois por cento). Já no que tange à Meta 8, na parte do Feminicídio, a servidora Eleonora Castelo Branco salientou que foi detectada uma inconsistência no Painel de Metas, pois, apesar de o Tribunal haver começado o ano com a Meta cumprida, atualmente consta, apenas, 59,26% (cinquenta e nove vírgula vinte e seis por cento) de taxa de cumprimento. Por oportuno, a servidora informou que o problema foi levado ao conhecimento da DVTIC, que já entrou em contato com a Softplan. Relativamente à parte de Violência Doméstica da Meta 8, o Tribunal encontra-se com 78,14% (setenta e oito vírgula catorze por cento) de taxa de cumprimento, com saldo de 566 (quinhentos e sessenta e seis) processos para cumprir a Meta. Na oportunidade, a Dr.^a Elza Vitória informou que, na sexta-feira, participou de uma reunião com a Exm.^a Sr.^a Desembargadora Carla Reis, da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, na qual foi noticiada a preocupação dos juízes das Varas da Maria da Penha com o cumprimento das Metas, em razão do grande número de Mandados aguardando cumprimento. Nesse ponto, o Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador afirmou que iria entrar em contato com o Dr. Ronnie Frank Stone, responsável pela Central de Mandados. Retomando a palavra, a servidora Eleonora Castelo Brancos informou que, quanto à Meta 8 no Segundo Grau, o Tribunal encontra-se com taxa de 100% (cem por cento) de adimplemento. Prosseguindo na sua explanação, a servidora destacou a existência de mais duas metas: Meta 9 e Meta 12. No que respeita à Meta 9, enfatizou que se trata de uma Meta qualitativa, para integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário. Informou que o setor de Planejamento está responsável por essa Meta e que está em curso o seu projeto de adimplemento. Lado outro, quanto à Meta 12, acentuou que é uma Meta para impulsionar os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário
processos relacionados com obras públicas paralisadas. Contudo, atualmente o Tribunal não possui nenhum processo desse tipo, conforme informação do setor de Estatística, razão pela qual questionou se haveria necessidade de uma busca mais aprofundada. Na oportunidade, o servidor Ricardo Câmara destacou que não há parâmetro específico de pesquisa para essa Meta, o que dificulta a pesquisa sobre esses processos. Destacou, ainda, que a questão foi levada ao colendo Conselho Nacional de Justiça, que sugeriu alguns parâmetros abrangentes. Todavia, o resultado da pesquisa gerou um número expressivo de processos. Mencionou, também, que as informações sobre esses processos foram solicitadas das unidades judiciárias por ofício e *e-mail*. Nada obstante, somente foram obtidas respostas negativas, o que indica que, provavelmente, o número de processos seja mesmo zero. Em seguida, a servidora Márcia Rizzato pediu a palavra e sugeriu que seja feito um trabalho localizado nos Juizados Especiais, atinente à Meta 1, que estão com um contingente alto de processos represados. Na oportunidade, o Dr. Roberto Taketomi informou que o Dr. Gildo Alves encaminhou para a Presidência uma proposta com cronograma de mutirões, para buscar o cumprimento da Meta 3, que ficou muito prejudicada em razão da pandemia. Nesse trilhar, acentuou que, embora haja um número expressivo de processos pendentes, ainda é possível atingir o cumprimento da Meta 3, o que também irá alavancar o adimplemento da Meta 1. Ademais, destacou a importância de criação dos CEJUSCs, para consolidar a prática de solução de conflitos, por meio da conciliação. Noticiou que, este ano, devem ser inaugurados os CEJUSCs de Tefé, Lábrea e Careiro. Por fim, sublinhou que, quanto ao assunto “obra pública” para a classificação dos processos, já foi encaminhada a sugestão de sua criação ao colendo Conselho Nacional de Justiça. Retomando a palavra, a servidora Márcia Rizzato frisou a necessidade de se por em prática as sugestões mencionadas pelo Dr. Roberto Taketomi, bem como, enfatizou,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário
novamente, a importância de se pensar numa solução para a grande demanda dos Juizados Especiais na Meta 1. Nesse momento, o Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador salientou que irá se reunir com os juízes dos Juizados Especiais, na qualidade de Coordenador desse Sistema, com o objetivo de alinhar ações que contribuam para a celeridade processual. O Dr. Roberto Taketomi, por sua vez, sugeriu a criação do CEJUSC dos Juizados Especiais. Relatou, ainda, que já foi encaminhado, anteriormente, à Coordenadoria dos Juizados, um projeto de criação do pré-processual nos Juizados. Relembrou, também, a sugestão mencionada na última Reunião de Análise Estratégica, quanto à transformação de uma unidade cível em unidade empresarial e, alternativamente, a criação de um núcleo ou centro de apoio de execuções e cumprimento de sentença das Varas Cíveis. Por oportuno, o Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador afirmou que deverão ser envidados esforços para colocar em prática as sugestões, ora, apresentadas. Exauridas as deliberações para o momento, o Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador declarou o encerramento da reunião, às 11:23 h. Nada mais havendo a tratar, eu, Marcela de Alencar Leite Rodrigues, na qualidade de Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador e demais presentes.

Assinado digitalmente
Desembargador JOSÉ HAMILTON SARAIVA DOS SANTOS
Coordenador da Comissão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

Assinado digitalmente
JORSENILDO DOURADO DO NASCIMENTO
Juiz de Direito

Assinado digitalmente
ELZA VITÓRIA DE SÁ PEIXOTO PEREIRA DE MELLO
Juíza de Direito

Assinado digitalmente
ROBERTO SANTOS TAKETOMI
Juiz de Direito

Assinado digitalmente
CHRYSTIANO LIMA E SILVA
Secretário-Geral de Administração

Assinado digitalmente
MÁRCIA RACHEL DE CASTRO RIZZATO
Diretora da Divisão de Planejamento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

Assinado digitalmente
RICARDO DOS SANTOS CÂMARA
Divisão de Tecnologia e Informação da Comunicação

Assinado digitalmente
HUMBERTO FIGLIUOLO JÚNIOR
Diretor do Núcleo de Estatística

Assinado digitalmente
MARIA ELEONORA BRANDÃO CASTELO BRANCO
Divisão de Planejamento

Assinado digitalmente
JÉSSICA FERNANDA FONSECA BARKER BASTOS
Coordenadoria de Projetos e Processos

Assinado digitalmente
MARCELA DE ALENCAR LEITE RODRIGUES
Secretária da Comissão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

Assinado digitalmente

CORONEL RUBENS DE SÁ SOARES
Comissão Permanente de Segurança Institucional

Assinado digitalmente

CORONEL GEORGE ALEXANDRE FONSECA FEITOSA
Comissão Permanente de Segurança Institucional

Assinado digitalmente
BRUNO OLIVEIRA DE SOUZA
Divisão de Planejamento

Assinado digitalmente
ANA PAULA NOGUEIRA AGUIAR
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes